

Escola — nem empresa, nem quartel



Por **JEAN PIERRE CHAUVIN***

No Brasil, a panaceia “técnica-sem-ideologia” caminha de mãos atadas ao discurso que pretende justificar os cortes massivos nas já diminutas verbas destinadas à Educação e à Pesquisa

“O golpe não se reduziu a mera operação político-militar, com a finalidade de expulsar o Presidente da República. Consistiu também em ampla e prolongada campanha de convencimento da população brasileira, acima de tudo sua camada média” (Evaldo Vieira).

“[...] comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (“espírito de corpo”), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil” (Celso Castro)

1.

A apologia de mentalidades e práticas supostamente novas é um antigo clichê reproduzido de alto a baixo nestas Bruzundangas. É sintomático que a grade curricular do assim chamado novo Ensino Médio descontinue atividades e disciplinas que estimulam a criatividade e a reflexão, substituindo-as por instruções para melhor empreender e inovar, sob os auspícios de uma existência digna e útil, quando o aluno deixar a escola.

István Mészáros ensinava que “Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social quantitativa”.^[i]

Mais recentemente, Christian Laval mostrou que “As reformas liberais na educação são duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias”.^[ii] Luiz Carlos de Freitas ressalta que a reforma empresarial da educação “remonta ao nascimento de uma ‘nova direita’ que procura combinar o liberalismo econômico (neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico do século XIX) com autoritarismo social”.^[iii]

Numerosos historiadores, sociólogos e filósofos (Perry Anderson, Noam Chomsky, Mark Fisher, Grégoire Chamayou, Florestan Fernandes, Marilena Chaui, Rubens Casara etc.) já mostraram que o neoliberalismo defende a “não-intervenção” do mercado; o que não implica a ausência do Estado, mas sim sua atuação decisiva para reduzir os danos, desregular os direitos e assegurar a manutenção da ordem social – fatores indispensáveis tendo em vista o bom andamento dos negócios.

No Brasil, pelo menos desde a década de 1990, as instituições de ensino básico (e superior) passaram a adotar o idioma e os trejeitos do mercado, desestimulando qualquer raciocínio que não ensine os estudantes a se (de)formarem na arte de barganhar por notas, estágios e outras “oportunidades de crescimento profissional”. Como se sabe, a terminologia usada

a terra é redonda

nos novos manuais de Empreendimento, Finanças e Marketing está repleta de alusões ao jargão militar do mundo pós-guerra: “cavar trincheiras”, “promover campanhas agressivas”, “nichar” produtos, “enfrentar a concorrência” etc.

Em nosso país, a panaceia “técnica-sem-ideologia” (aprimorada com os acordos MEC/USAID, na década de 1970) caminha de mãos atadas ao discurso que pretende justificar os cortes massivos nas já diminutas verbas destinadas à Educação e à Pesquisa. Entretanto, como ainda proliferam alunos e professores indóceis, vez ou outra o Estado aplica novos métodos repressivos, recordando aos “cidadãos de bem” que lecionar é um ato de vocação: embora desprezado como um profissional com formação especializada, o educador deve se sentir satisfeito, pois recebe pouco, mas ama o que faz.

2.

Desde a ditadura brasileira mais longa (1964-1985), conceitos amplos e vagos como “modernidade”, “liberdade”, “democracia” e “patriotismo” são sequestrados pelas vozes de comando para serem repercutidos, com sinal trocado, por locutores de rádio e telejornais, apresentadores de programas de auditório, correspondentes internacionais, repórteres exclusivos, colunistas especializados e editores de veículos de notícia, escancaradamente alinhados com os generais tutelados pela CIA, irmanados a industriais, banqueiros, pastores de televisão e outros charlatões.

Cristalizadas como palavras da disciplina e da ordem, essas “categorias” se incorporaram ao senso comum. Ser moderno, livre, democrata e patriota implicava combater, torturar, eliminar o simpatizante comunista, encarnado na figura do professor subversivo, do aluno militante, do cientista maluco, do sindicalista vadio, do intelectual que negava os valores da família etc.

Desde o golpe de 1964 – repercutido na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (em uma série de eventos amplamente disseminados pela imprensa reacionária e entreguista) – raros foram os legisladores, prefeitos e governadores cujo programa não fosse excludente e alinhavado pelos interesses das classes dominantes.

Nesse quesito, o paulista pode se orgulhar. Epicentro do Integralismo e porta-voz do anticomunismo, desde a década de 1930, parte expressiva dos neo-bandeirantes continua a celebrar os atos de covardia e sadismo, em nome da “ordem”, do “direito de ir e vir” e das pautas controversas que só interessam a megaempresários, especuladores e rentistas.

A farta distribuição de cacetetes a alunos e professores que protestavam na Alesp no dia 21 de maio contra as escolas cívico-militares reedita episódios tenebrosos, mas recorrentes, protagonizados segundo a lógica da guerra na “Casa do Povo”. Essas tristes cenas não constituem um fato isolado ou natural; relembram que aproximadamente metade de nossos conterrâneos (muitos deles, colegas do mesmo ofício) persistem em depositar passaportes para o embate físico (e simbólico) nas urnas.

Embora suspeito do efetivo alcance destas linhas, não me furto a recomendar duas obras decisivas que ensinam a localizar as raízes do assanhamento por transformar a sala de aula em reduto de quartel, substituindo o avental pela farda. Refiro-me à *Estado e miséria social no Brasil*, de Evaldo Vieira (meu ex-professor, durante a Licenciatura), publicado em 1982; e *O espírito militar*, de Celso Castro, editado em 1990. Não é por outro motivo que eles assinam as epígrafes.

***Jean Pierre Chauvin** é professor de Cultura e literatura brasileira na Escola de Comunicação e Artes da USP. Autor, entre outros livros de Sete Falas: ensaios sobre tipologias discursivas. [<https://amzn.to/4bMj39i>]

Notas

[1] *A Educação para além do capital*. 2ª ed. 3ª reimp. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 27).

[<https://amzn.to/3V9dv38>]

[ii] *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Trad. Mariana Echalar, 2019, p. 18.

[<https://amzn.to/3ULkRbO>]

[iii] *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, p. 13.

[<https://amzn.to/3VbiPTA>]

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[CONTRIBUA](#)